

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
ASSESSORIA PROCESSUAL

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 OBJETO**

O presente Termo de Referência tem como objeto a indicação das condições e requisitos para "aquisição pelo ma de registro **de materiais elétricos**, para atender as demandas do Departamento de Iluminação Pública da ISERP", atendendo as necessidades do referido Departamento, em conformidade com o Decreto Municipal nº de 27 de dezembro de 2023 e do Decreto nº 003 de 04 de janeiro de 2024, que regulamenta o Registro de Preços fúnicípio de Itaboraí/RJ.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea b, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 3º do Decreto Municipal nº 05/2024)**

A presente aquisição se justifica no âmbito desta Secretaria, pela necessidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido no ano de 2024, atendendo às demandas oriundas da Ouvidoria Municipal, do Call Center através do Departamento de Iluminação Pública, nos serviços de manutenção, colocação e reposição de luminárias, braços, e peças que se fizerem necessários para diminuição do déficit em vários distritos, bairros, loteamentos e logradouros municipais, tendo como fundamento atender a satisfação do interesse público. Considera-ser também, o aumento considerável das obras que estão ocorrendo e que necessitam ser realizadas no Município, como implantação de ciclovia, implantação de praças, pavimentação em diversos bairros, entre outras demandas que vem crescendo, inclusive decorrentes de solicitações por parte dos Municípes.

**2.1.2** Constatou-se que ainda existem muitas ruas e acessos às principais localidades e bairros que apresentam deficiências de iluminação em vielas;

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações – PAC referente ao **exercício de 2026**, nos termos do Art. 3º do Decreto Municipal nº 05/2024.

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea a e Art. 105 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 20, Inciso I, Alíneas a e b do Decreto Municipal nº 295/2023)**

**3.1.** Os materiais a serem adquiridos estão descritos no quadro a seguir, acompanhados do quantitativo estimado:

**3.2-** Todos os materiais a serem fornecidos deverão atender ss normas técnicas vigentes da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, bem como demais normas técnicas e regulamentares aplicáveis, inclusive aquelas expedidas pelo INMETRO, quando houver, devendo os produtos apresentar plena conformidade com as especificações técnicas descritas neste Termo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	Cód. CATMAT	QDE.	VALOR
1	BASE PARA RELE FOTOELETRICO VIDRO – COM CERTIFICAÇÃO INMETRO	UNID.	213731	7.000	Menor preço por item

2	BRACO CURVO, EM AÇO DE BAIXO TEOR DE CARBONO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A FUSÃO INTERNA E XTERNAMENTE POR IMERSÃO ÚNICA EM BANHO DE ZINCO, CONFORME NBR-7398 E 7400 DA ABNT, COM 2,50M DE PROJEÇÃO HORIZONTAL, DIAMETRO EXTERNO DE 48 MM VIDRO	UNID.	602244	3.500	Menor preço por item
3	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750V, EM ROLO DE 19MM X 20M	UNID.	604732	600	Menor preço por item
4	CINTA CIRCULAR DE AÇO GALVANIZADA MEDINDO 210MM COMPLETA (ABRAÇADEIRA) VIDRO, PARA INSTALACAO DE TRANSFORMADOR EM POSTE DE CONCRETO	UNID.	380053	1.700	Menor preço por item
5	CINTA METÁLICA BAP 4, DE AÇO, MEDINDO 100 CM, AJUSTÁVEL, COMPLETA (ABRAÇADEIRA) VIDRO, PARA INSTALACAO DE TRANSFORMADOR EM POSTE DE CONCRETO	UNID.	608987	1.500	Menor preço por item
6	CONECTOR AUTO PERFURANTE REDE SUBTERRÂNEA TENSAO 0,6/1KV IP-65 COM DERIVAÇÃO DE 10MM - 25MM	UNID.	418880	6.500	Menor preço por item
	LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA A LED POTÊNCIA MÁXIMA DE 150W, COM AS SEGUINTEs CARACTERÍSTICAS: CONFECCIONADA EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADO A ALTA PRESSÃO OU EXTRUSÃO, ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR CINZA, IDENTIFICAÇÃO FEITA ATRAVÉS DE PLACA DE ALUMÍNIO OU MATERIAL INDELÉVEL, LENTE EM POLICARBONATO E REFRATOR EM VIDRO PLANO, GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO DO CONJUNTO IP-66, CONSTRUÇÃO ROBUSTA RESISTENTE A VIBRAÇÕES SEVERAS E AÇÃO DO VENTO, RESISTENTE A IMPACTO MECÂNICO IK-08. SISTEMA DE				Menor preço por item

7	<p>FIXAÇÃO AO BRAÇO COM ENTRADA PARA TUBO 33 À Ø 60,3MM, AJUSTE DE ÂNGULO DE 0° A 10° E TEMPERATURA DE COR 5000K. POTÊNCIA MÁXIMA DE 150W, EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA DE 170 LM/W COM FLUXO LUMINOSO EFETIVO DE 25.500 LUMENS ; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR 70 OU MAIOR; ALIMENTAÇÃO 127- 277V OU FAIXA DE VARIAÇÃO SUPERIOR, FREQUÊNCIA 50 OU 60HZ, FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMO (0,92), POSSUIR DPS DE NO MÍNIMO 10KA, TOMADA DE 7 PINOS E DRIVE DIMERIZÁVEL DE 0-10 PARA CONTROLE DE GESTÃO E TELE GERENCIAMENTO CENTRALIZADO DE FORMA A PERMITIR O ACIONAMENTO, DIMERIZAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DA LUMINÁRIA DE FORMA INDIVIDUAL; A LUMINÁRIA DEVERÁ TER VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 102.000 HORAS CERTIFICADO INMETRO. DEVERÃO SER APRESENTADOS TODOS OS LAUDOS COMPROBATÓRIOS DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS JUNTO COM A PROPOSTA DE PREÇOS, EMITIDOS POR LABORATÓRIOS CREDENCIADOS NO INMETRO, ALÉM DA CERTIFICAÇÃO DO INMETRO PORTARIA 62 E SELO PROCEL.</p>	UNID.	624049	10.000	
8	PARAFUSO DUPLO T	UNID.	472029	1.000	Menor preço por item
9	PARAFUSO FRANCÊS (ABAULADA) EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, MEDINDO 16X150 MM, COM PORCA GALVANIZADA VIDRO	UNID.	612343	2.000	Menor preço por item

10	PARAFUSO MÁQUINA CABEÇA QUADRADA, MEDINDO 16X250MM, EM AÇO CARBONO, GALVANIZADO A FOGO, COMPLETO VIDRO	UNID.	301238	2.000	Menor preço por item
11	RELÉ FOTO ELÉTRICO DE 1000W-220V VIDRO – COM CERTIFICAÇÃO INMETRO	UNID.	428944	7.000	Menor preço por item

#### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/AQUISIÇÃO

**4.1.** Trata-se de aquisição de bens enquadrados como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, de acordo com o Decreto Municipal nº 298, de 27 de dezembro de 2023, que regulamenta o disposto no art. 20 e seu parágrafo 1º, da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas da administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Itaboraí nas categorias de qualidade comum e de luxo.

**4.1.2.** Para fins de conjunto de procedimentos para realização pelo Sistema de Registro de Preços para aquisição de materiais pelo Município de Itaboraí, visando às ações de planejamento urbano através do Departamento de Iluminação Pública da SEMSERP.

**4.2.** O registro do fornecedor dos itens não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

#### 5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA(Art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 21, parágrafo único do Decreto Municipal nº 003/2024)

**5.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado do primeiro dia útil subsequente à ata de divulgação no PNCP, e **poderá** ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

#### 6. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA ATA (Art. 20, Inciso I, Alínea “c” do Decreto Municipal nº 295/2023 e Artigo 23 do Decreto Municipal nº 003/24)

##### 6.1- DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1.1- A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar as amostras dos produtos indicados em sua proposta no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação. A análise das amostras será necessária para fins de verificação da compatibilidade dos itens com as especificações técnicas constantes neste instrumento convocatório e com os requisitos previstos nas normas técnicas da ABNT, com as regulamentações do INMETRO e demais normas aplicáveis;

6.1.2 – As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, localizado na Avenida 22 de Maio, nº 7071, Venda das Pedras, Itaboraí – RJ – CEP: 24801-088, no horário compreendido entre 08:00 horas às 16:00 horas, sem ônus para a Administração, podendo a licitante coletá-las após o período de análise.

6.1.3 - A avaliação das amostras e da documentação técnica ocorrerá dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do prazo final de entrega das amostras, bem como observará critérios objetivamente verificáveis, tais como: compatibilidade e características funcionais básicas com as especificações técnicas do Termo de Referência e requisitos técnicos previstos na ABNT, INMETRO e demais normas aplicáveis, sendo formalizado Parecer Técnico, que integrará o procedimento.

6.1.4 – O resultado da avaliação das amostras formalizada através do Parecer Técnico será divulgada a todos

os licitantes por meio do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame e através de divulgação no Portal da Transparência do Município.

6.1.5 - A não apresentação das amostras, a apresentação fora do prazo estabelecido, bem como a constatação de desconformidade com as especificações técnicas do edital ou com os requisitos normativos aplicáveis, após a devida análise técnica, acarretará a desclassificação do licitante, observados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **7- ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

7.1. O fornecimento dos materiais se dará de forma: parcelada (de acordo com as solicitações dos preços registrados em Ata).

7.2. Os materiais serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato (fiscal), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.3. O prazo para entrega dos materiais será de 05 (cinco) dias corridos, contados do envio da nota de empenho e solicitação de entrega que indicará o quantitativo a ser fornecido;

7.4. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central, situado à Rua Dr. Pereira dos Santos 483/489- Centro, CEP: 24800-041- Itaboraí-RJ, de segunda à sexta (exceto em feriados nacionais, municipais e ponto facultativo) no horário 08h as 17h.

7.5. O recebimento definitivo, nos termos do Art. 16 do Decreto Municipal nº 300/23, ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado.

7.6 O recebimento definitivo dos materiais estará condicionado à apresentação de comprovação de certificação e registro do produto e, no caso das luminárias previstas no item 7., ao atendimento da garantia mínima estabelecida na Portaria INMETRO nº 62/2022, mediante comprovação pelo fornecedor.

7.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das condições registradas na Ata.

7.8. O atesto deverá ocorrer no prazo de até 5 dias uteis após o recebimento definitivo.

7.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório (no momento da entrega), quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Em caso de inadequação, os mesmos serão rejeitados, cabendo a Fiscalização notificar o fornecedor registrado para que efetue a retirada dos bens rejeitados, substituindo-os por outros adequados às especificações, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.10. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências detectadas na entrega dos bens verificadas pelo fiscal responsável indicado pela SEMSERP, durante a análise prévia por ocasião do recebimento provisório, não será computado para fins do recebimento definitivo;

7.11. Em caso de rejeição dos materiais por parte da fiscalização, a contratada deverá se responsabilizar pelas despesas de transporte, retirada e devolução dos itens substituídos, bem como por todas as despesas necessárias e decorrentes do refazimento de eventuais materiais, sem ônus adicional para o contratante;

7.12- A nota fiscal apresentada pela empresa no momento da entrega, além das especificações e quantitativos do item, deverá mencionar o número do processo administrativo e o numero da Ata de Registro.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do fornecimento dos materiais registrados em Ata.

## **8. GARANTIA DA PROPOSTA**

**8.1-** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente da Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**8.1.1-** Prestação de garantia no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para execução dos serviços, art. 58, da lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

I- Caução em dinheiro;

II- Seguro-Garantia;

III- Fiança bancária.

**8.1.2-** O comprovante do recolhimento da garantia para licitar será encaminhado juntamente à proposta.

**8.1.3-** A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do Certame.

**8.1.4-** A Comissão de Contratação da presente licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelas licitantes, enviadas para e-mails diferentes do informado neste instrumento, assim como solicitações realizadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise e produção de documentos necessários.

**8.1.5-** A Garantia será devolvida aos licitantes do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

## **9. DA HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES (Art. 20, Inciso III do Decreto Municipal nº 295/2023)**

**9.1.** Além das exigências habituais relacionadas à comprovação da habilitação econômico financeira e jurídica das licitantes, com o intuito de garantir a seleção de fornecedores aptos a efetivamente atender a demanda da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, evitando-se o inadimplemento, deverão ser exigidos dos licitantes os seguintes documentos referentes à comprovação de aptidão técnica;

**9.1.1-** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características compatíveis com objeto desta licitação. A comprovação deverá se dar por meio da apresentação de atestado(s) fornecidos(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem que o licitante já forneceu no mínimo 50% de bem(ns) nos itens 2 e 7, similar(es) aos descritos no termo de referência;

**9.2.** Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados e deverão ser emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica de direito privado ou público emitente, CNPJ, endereço da pessoa jurídica, objeto fornecido, quantitativo contratado, valor do contrato, número do processo ou procedimento licitatório ou do processo de contratação direta, número do contrato, prazo e local de execução do objeto, prazo de vigência do contrato, devendo ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo seu nome completo, cargo ou função, número da matrícula e do CPF, indicando ainda se a execução do objeto ocorreu de forma regular e satisfatória;

**9.3.** Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão estar acompanhados de documentos que comprovem a aptidão do signatário para responder pela pessoa jurídica atestante;

**9.4.** As empresas registradas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do Art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

**9.5.** Os licitantes deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, caso solicitado pela Contratante.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

**10.1.** Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

**10.1.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, modo de disputa: ABERTO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.**

## **11. OBRIGAÇÕES DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

### **11.1. São obrigações do Órgão Gerenciador:**

**11.1.1.** Definição das quantidades e dos valores registrados dos materiais no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

**11.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constante neste Termo, na proposta apresentada pelo Fornecedor no momento do Certame e na Ata de Registro de Preços, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

- . Comunicar a empresa fornecedora dos materiais, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos entregues, para que sejam substituídos, reparados num prazo de até 10(dias) corridos da comunicação.
- . Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento através de servidores especialmente designados para as funções de fiscal e gestor, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023.

**11.2.** A Administração Pública não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa fornecedora com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Ata (fornecedor), por si ou seus propositos.

**11.3.** O Órgão Gerenciador da Ata reserva-se ao direito de não atestar o fornecimento dos materiais em desacordo com as especificações e condições constantes neste instrumento, no registro dos preços em Ata e na proposta apresentada no momento do certame, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas para os casos de inadimplemento parcial ou total.

## **12. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO**

**12.1.** A empresa fornecedora deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**12.1.1.** Efetuar a entrega dos materiais de acordo com a solicitação encaminhada pela SEMSERP Órgão Gerenciador da Ata, observadas as instruções e especificações nela contidas, no prazo e local indicados;

**12.1.2.** Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**12.1.3.** Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência e no Edital;

**12.1.4.** Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução da Ata, tais como taxas, fretes, tributos, obrigações relativas a salários, pagamentos de recursos humanos, Previdência Social, impostos, encargos sociais, transporte, indenizações, recolhimento de valores para órgãos de classe e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidente de trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução do fornecimento, ficando o Gestor da Ata isento de qualquer responsabilidade quanto a essas despesas;

**12.1.5.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Gestão da Ata ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do objeto, independentemente dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução do fornecimento dos materiais, e de outras cominações contratuais ou legais as quais estiver sujeita;

**12.1.6.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do fornecimento.

**12.1.7.** Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da execução do futuro fornecimento sem prévia autorização da SEMSERP.

### **13. MODELO DE GESTÃO DA ATA**

**13.1.** O Órgão Gerenciador da Ata coordenará o processo de acompanhamento e fiscalização durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como sua atualização, devendo providenciar todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata, a exemplo de solicitações de entrega dos materiais, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, nos termos do artigo 115, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do fornecimento, quando for o caso, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, nos termos do Art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.** A execução do fornecimento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal designado pela SEMSERP, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do Art. 117, *caput* da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 300/2023.

**13.4.** Caberá ao Ordenador de Despesas promover a designação de servidores para atuarem como fiscal(is) e gestor(es) da Ata do SRP, observando-se as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 300/23 e as obrigações descritas neste Termo.

### **14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

#### **14.1. Da Fiscalização:**

**14.1.1.** O fiscal acompanhará a execução do fornecimento, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023.

**14.1.1.1.** O fiscal anotará, no histórico de gerenciamento da Ata de Registro de Preços, todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do Art. 117, §1º da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 300/2023;

**14.1.1.2.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal designado pela Gestão da Ata emitirá notificações para a correção, determinando prazo para tanto;

**14.1.1.3.** O fiscal informará ao Gestor da Ata SRP, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e/ou saneadoras, se for o caso, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023.

**14.1.1.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do fornecimento nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao Gestor da Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023.

**14.1.1.5.** O fiscal comunicará ao Gestor, com antecedência e em tempo hábil, o iminente término do prazo de vigência da Ata de RP sob sua responsabilidade, com vistas à renovação ou à prorrogação.

#### **14.2. Do gestor da ata:**

**14.2.1.** O Gestor da Ata de Registro de Preços coordenará o processo de acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos materiais, bem como sua atualização, devendo providenciar todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento das entregas, a exemplo da solicitação dos materiais, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento à finalidade da aquisição dos itens nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023:

**14.2.1.1.** Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da empresa registrada pelo SRP, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**14.2.1.2.** Deverá, nos termos do Art. 12, Inciso XXVII do Decreto Municipal nº 300/23, encaminhar à Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos – SEMLIC, em até 10 (dez) dias corridos



após a publicação do extrato, a cópia física da Ata.

**14.2.1.3.** Emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela empresa, com menção ao desempenho do prestador na execução do fornecimento, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, a ser enviado, por cópia, à Comissão de Registro Cadastral da SEMLIC.

**14.2.1.4.** Tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021.

**14.2.1.5.** O Ordenador de Despesas deverá, nos termos do Art. 21 do Decreto Municipal nº 300/23, encaminhar à Comissão de Registro Cadastral da SEMLIC, o relatório final contendo as informações acerca do desempenho do contratado quanto ao cumprimento das obrigações assumidas, para fins de anotação no cadastro de atesto de cumprimento das obrigações.

**14.2.1.6.** Nos termos do art. 30 do Decreto Municipal nº 003/2024, durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da

Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP, poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- d) a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

## **15. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

**15.1.** A empresa vencedora deve colaborar, quando couber, à promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Art. 255 da Constituição Federal/1988 e em conformidade com orientações do Art. 5º e Art. 11 Inciso IV da Lei 14.133/2021.

## **16. DO PAGAMENTO (Art.20, Inciso VI do Decreto Municipal nº 295/2023)**

**16.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos – não podendo esse prazo ser superior a 30 dias contados do protocolo do requerimento perante a Administração Municipal, o qual deverá ser instruído com a nota fiscal atestada, a cópia da nota de empenho e da ordem de fornecimento assinada pela fiscalização, além dos documentos indicados no **item 16.4**;

**16.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a fiscalização manifestar seu atesto, ato conjunto do fiscal e do gestor, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023;

**16.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a contagem do prazo para pagamento ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a administração;

**16.4.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária.

**16.4.1.** A mesma deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal de Iluminação Pública- CNPJ: 19.534.915/0001-05- endereço: Av. 22 de Maio nº 7071- V.das Pedras- Itaboraí- Cep: 24.800.001 ou

Prefeitura Municipal de Itaboraí- CNPJ: 28.741.080/0001-55- endereço: Praça Marechal Floriano Peixoto nº 97- Centro- Itaboraí- Cep: 24.800-165.

**16.4.2.** Constatando-se a situação de irregularidade da empresa fornecedora, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente suas justificativas. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

**16.4.3.** Não havendo regularização ou sendo a justificativa considerada improcedente pelo Gestor da Ata, o mesmo dará ciência ao Ordenador de Despesas, que adotará as providências pertinentes;

**16.4.4.** Persistindo a irregularidade, o Órgão Gerenciador deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento do registro do fornecedor nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a ampla defesa, conforme previsto no artigo 27 do Decreto nº 003/2024.

**16.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária em favor do Fornecedor Registrado;

**16.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**16.7.** O Fornecedor Registrado (prestador), regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **17. DO REAJUSTE**

**17.1.** Os preços registrados, com as devidas justificativas, poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, conforme previsto no artigo 24 do Decreto nº 003/2024.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021)**

**18.1.** Comete infração administrativa, o Fornecedor Registrado que:

**18.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do fornecimento dos itens;

**18.1.2.** Dar causa à inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**18.1.3.** Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

**18.1.4.** Não celebrar a Ata ou não entregar a documentação exigida para o registro do fornecedor, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**18.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**18.1.6.** Prestar declaração falsa durante a execução do Fornecedor Registrado;

**18.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Registro;

**18.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**18.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**18.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**18.2.** Pela inexecução do objeto do Registro do Fornecedor, a Administração poderá aplicar à empresa registrada (prestadora) as seguintes sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

**18.2.1. Advertência (Art. 156, Inciso I da Lei nº 14.133/21)** por faltas leves, assim entendidas aquelas

que não acarretem prejuízos significativos para o Fornecedor Registrado quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**18.2.2. Multa (Art. 156, Inciso II da Lei nº 14.133/21)** não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor registrado licitado ou celebrado com contratação direta, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

**18.2.3. Impedimento de licitar e contratar (Art. 156, Inciso III da Lei nº 14.133/21)**, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos Incisos II, III, V, VI e VII do caput do [Art. 155](#) da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos Incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**18.3.** As sanções previstas nos **subitens 18.2.1, 18.2.3 e 18.2.4.**, poderão ser aplicadas ao Contratado juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

**18.4.** A sanção estabelecida no **subitem 18.2.4.** será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

**18.4.1.** Quando aplicada, será de competência exclusiva do Ordenador de Despesas;

**18.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**18.4.3.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**18.5.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

**18.5.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**18.5.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

**18.5.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**18.6.** A aplicação das penalidades previstas, ressalvadas as dos **subitens 18.2.3 e 18.2.4** realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa do contratado, observando-se especialmente o procedimento previsto no Art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

**18.7-** Por fim, informamos que as penalidades aplicadas pelo Município de Itaboraí, serão encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, cadastradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no Cadastro de Empresas Inidônea e Suspensas (CEIS) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**19.1.** Não será admitida a subcontratação

## **20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (Art. 20, Inciso VIII do Decreto Municipal nº 295/2023)**

**20.1.** As despesas decorrentes da aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Municipal para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

Órgão	24 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos
Unidades	002 - Fundo Municipal de Iluminação Pública/ 001- Secretaria Municipal de Serviços Públicos
Programa de Trabalho	15.452.0084.2.344 – Iluminação Pública Municipal/ 04.122.0012.2.211- Manut. Oper. da SEMSERP
Natureza de Despesas	3.3.90.30 .00.00- Material de Consumo
Fontes	1.751.0022/ 1.500.0001
Fichas	679/___

**20.2.** Para os casos de dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, a mesma será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**21.1.** O presente Termo de Referência (TR) segue devidamente aprovado pela autoridade competente (ordenador de despesas) e está alinhado com o Plano Anual de Contratações – PAC, na forma do Art, 21, §1º do Decreto Municipal nº 295/2023 e nos termos da Lei nº. 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por **LAREDO ALVES AZEVEDO, Diretor(a) Técnico(a)**, em 15/04/2026, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIOGO SPERLING DOS SANTOS, Secretário(a) Municipal de Serviços Públicos**, em 15/04/2026, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ib.itaborai.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ib.itaborai.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0621312** e o código CRC **D1C82A03**.